



VILAREALSTºANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 09/Quadriénio 2017-2021

Ao vigésimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presentes, **José Carlos Barros**, Presidente da Assembleia Municipal, **Maria Alexandra Martins do Livramento**, Primeiro Secretário, **Raúl Jorge Belião Nogueira**, Segundo Secretário, e os membros eleitos das Bancadas do PSD, do PS e da CDU, nomeadamente **Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro**, **Adelaide Cristina Ferreira Vicente Pereira**, **José Estêvão Correia da Cruz**, **Rafael José Forra dos Santos de Deus Teixeira**, **Rui João Gutierrez Setúbal**, **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança**, **Hélder Manuel Sousa Martins**, **Paulo César dos Santos Sousa**, **Vilma Sara Flores Dourado**, **Sandra Cristina Batista Vasques**, **João Carlos Calvinho Lopes Viegas**, **Vasco Ricardo Salas Vasques**, **António Manuel Cipriano Cabrita**, **Sónia Isabel Pereira Vasques**, **Rui Daniel de Carvalho Ribeiro**, **Patricia Isabel Fernandes Leal**, **Lara Sofia Vairinhos Rosa**, **Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança**, **António José Cardoso Gomes**, **Joana Maria da Rosa Silva Pinto** e **Luis Filipe Antunes Rodrigues**, e conforme Edital de 11 de dezembro de 2018, reuniu, em sessão **ORDINÁRIA**, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António. -----

ABERTURA DA SESSÃO: O 1º Secretário procedeu à chamada. Na bancada do PSD **João Manuel Lopes Rodrigues** foi substituído por **Adelaide Cristina Ferreira Vicente Pereira**, **Miguel Moreira da Costa** substituído por **Paulo César dos Santos Sousa**, **Vera Lúcia Romão Corvo** substituída por **Sandra Cristina Batista Vasques**, **Armando José Parra da Silva** substituído por **Rui Daniel de Carvalho Ribeiro** e **Ricardo Catarino Serrano dos Reis** substituído por **Joana Maria da Rosa Silva Pinto**; na bancada do PS **Ricardo José Madeira Cipriano** substituído por **Rafael José Forra dos Santos de Deus Teixeira** e na bancada da CDU registou-se a ausência de **Gabriela Alexandra Gonçalves**, que foi substituída por **Vasco Ricardo Salas Vasques**, de **Luís Filipe da Palma P. Rodrigues**, substituído por **Hélder Manuel**

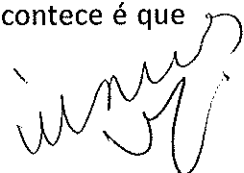
Sousa Martins e de Paulo Alexandre Calvino Conceição substituído por Patricia Isabel Fernandes Leal. -----

Deu-se início ao PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

A deputada **Sónia Isabel Pereira Vasques** afirmou trazer três questões para a Presidente da Câmara Municipal. A primeira relacionada com a situação da concessão das águas, afirmando que na sessão da Assembleia Municipal de Abril último, a Presidente da Câmara Municipal havia referido que os funcionários que estavam afetos às atividades das águas, na SGU, iriam transacionar para a empresa que ganhou a concessão, que iriam manter o mesmo tempo de serviço, os aumentos dos ordenados em cinco por cento e seguros e que nessa mesma Assembleia a presidente referiu que as tarifas das águas teriam de ser sempre aprovadas em sessão de Câmara. Disse ainda ser conhecedora de que tinha sido aprovado, na sessão de Câmara da terça-feira anterior, um aumento das tarifas para as águas, e prosseguiu: *“A questão que se coloca aqui é que esta concessão não iniciou, parece que vai iniciar no dia um de janeiro e a primeira medida é um aumento das tarifas. É com estranheza que reparo que em abril nada disto foi falado, foi mais falado a nível dos funcionários, mas a questão é que não é só os funcionários que estão em causa, mas é todo o município e todos os cidadãos que vão ver as suas taxas aumentadas e gostaria de saber a que é que se deve este aumento de uma concessão que ainda nem sequer iniciou”*. A segunda questão, relacionada com o Hotel Guadiana refere-se à falta de celeridade na inauguração e à falta de informações sobre o Hotel, solicitando esclarecimentos sobre quem é o concessionário que ganhou a obra, ou seja, explicar que empreendimentos têm, onde colabora, há quanto tempo existe no mercado esta concessão, nomeadamente quem é, neste caso, o dono desta empresa que ganhou a concessão. A terceira questão diz respeito ao ponto de situação dos protocolos de dois mil e dezoito efetuados com as três Juntas de Freguesia, Cacela, Monte Gordo e Vila Real. Em termos de transferências financeiras, se estão todos em dia e se estão a ser cumpridos pela Câmara Municipal. A sua segunda intervenção vai no sentido de um email recebido.-----

O Presidente da Assembleia Municipal recordou que no período antes da ordem do dia seria desejável, pelo menos numa primeira ronda, que não se ultrapassasse os três minutos, apelando ao poder de síntese da deputada.-----

A deputada **Sónia Isabel Pereira Vasques** continuou dizendo que a sua intervenção tinha a ver um email que tinha recebido do Presidente da Assembleia porque o que acontece é que




foi detetado, foi entregue um pedido para fazer uma queixa à CADA em vinte e oito de setembro e, decorrido este tempo todo, foi solicitado uma certidão de emissão destes documentos, porque tinham decorrido sensivelmente dois meses, há dois dias, ou seja, na segunda-feira, recebeu uma informação por parte do Presidente da Assembleia que as competências da Mesa da Assembleia são as estabelecidas no artigo da Lei setenta e cinco de dois mil e treze, considerando a Mesa não lhe competir tratar de diligências que são do interesse e de exclusiva responsabilidade dos deputados. A mesma Lei no artigo vinte e quatro define que a Assembleia Municipal tem a competência de apreciação e fiscalização e é nestes termos que os requerimentos são apresentados à Mesa. Define a mesma Lei, no artigo vinte e cinco, que no âmbito destas competências, ou seja, os membros solicitem informação à Mesa. O mesmo artigo, ou seja, no mesmo artigo, a alínea F define que a esta mesma Assembleia compete apreciar a recusa da prestação de qualquer informação ou recusa da entrega de documentos por parte da Câmara Municipal. Se se tiver em conta o artigo trinta e cinco que define as competências da Sra. Presidente da Câmara, e diz exatamente: “e responder, em tempo útil, e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da Assembleia Municipal, os pedidos de informação apresentados por esta”. Tendo em conta que o pedido foi efetuado em fevereiro deste ano, já passou muitos meses e muitas assembleias e não foi entregue qualquer documento nem justificação do porquê desta falta de entrega de documentos e compete a esta Mesa comunicar à Assembleia Municipal a recusa da prestação de quaisquer informações aos deputados municipais destes documentos e nada aconteceu. No artigo trinta desta mesma Lei, define que ao Presidente e ao Secretário compete assegurar a Lei, sendo que a Lei define que a Sra. Presidente tem que entregar os documentos em tempo útil até à próxima Assembleia, compete então ao Sr. Presidente da Assembleia tomar as medidas que entender por convenientes. E disse terminar.-----

O deputado **José Estevão Correia da Cruz** questionou a Presidente da Câmara sobre a situação do Hotel Guadiana e as questões relacionadas com a sua abertura.-----

O deputado **Rui João Gutierrez Setúbal** apresentou um requerimento à Mesa solicitando documentos referentes aos contratos celebrados entre a Câmara Municipal e as empresas Tempestade Cerebral e Twin Pixel. -----

O deputado **Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança** solicitou que constasse na Minuta da Ata que os deputados da bancada do PS participavam nesta sessão sob protesto,



3

justificando com a extensão da Ordem de Trabalhos e detalhando os pontos que precisariam de maior debate e discussão.-----

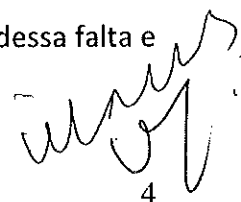
O deputado **António Manuel Cipriano Cabrita** criticou as intervenções anteriores do PS em que os intervenientes tinham tomado posição sobre os pontos da Ordem de Trabalhos que iam estar em discussão, dizendo que era uma falta de respeito e de democracia. Terminou lavrando o seu protesto pela maneira como procedia, como fazia e se comportava o PS em relação ao PSD, afirmando que as pessoas mereciam um mínimo de respeito.-----

O deputado **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** referiu-se aos pedidos de documentação feitos pela bancada do PS e disse que isso era uma manobra para que o público presente pensasse que a bancada do PS era uma bancada que produzia questões para pôr em cheque o Executivo Camarário. Aludiu ainda à distribuição equitativa dos tempos de intervenção na Assembleia e disse que não o deviam ser para favorecer um partido que era minoritário, porque quem ganhou as eleições em Vila Real de Santo António, e de forma democrática, tinha sido o PSD, e o PS, depois de tomar tanto tempo de intervenção, ainda vinha dizer que havia falta de democracia na Assembleia Municipal. E concluiu com uma alusão à intervenção do deputado **Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança** que já se tinha referido a todos os pontos da Ordem de Trabalhos, em vez de esperar o tempo oportuno.-----

O deputado **Rui João Gutierres Setúbal** afirmou que o PS não abdicava das suas funções e de fiscalizar a atividade da Câmara e que as minorias tinham direito ao uso da palavra e a serem informadas.-----

O deputado **Vasco Ricardo Salas Vasques** disse que a CDU protestava pelo número de pontos que tinham sido agendados para esta Assembleia, o que limitava o esclarecimento, a discussão e o debate dos mesmos, e lembrou que uma sessão da Assembleia podia ser tratada em diversas reuniões, como previa a legislação. E pediu um esclarecimento à Presidente da Câmara sobre o estado das obras a decorrer na frente de mar de Monte Gordo, que estava num estado lastimável e do qual eram responsáveis o Executivo e os membros da Assembleia do PSD pelas políticas que tinham conduzido a essa situação. Solicitou ainda um esclarecimento sobre o estado da iluminação pública em Vila Real de Santo António e que era mais um sinal da decadência a que se tinha chegado.-----

A deputada **Sónia Isabel Pereira Vasques** disse que pretendia prestar um esclarecimento sobre os documentos que pedira em fevereiro de dois mil e dezoito e dos quais nenhum tinha sido entregue nem tinha sido dado qualquer esclarecimento sobre a razão dessa falta e



referiu o regimento, segundo o qual os documentos deveriam ter sido entregues na sessão seguinte da Assembleia, em abril de dois mil e dezoito.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** afirmou que a mesa da Assembleia, na situação atrás exposta, tinha seguido todos os trâmites e procedimentos junto da Câmara Municipal e que a deputada dispunha dos mecanismos legais próprios para exigir de quem de direito a devida resposta.-----

A **Presidente da Câmara Municipal**, respondendo às questões colocadas, disse que a concessão das águas começaria a um de janeiro de dois mil e dezanove e que foi por opção própria que oito funcionários não passaram para a empresa concessionária. Informou que o posto de trabalho destes funcionários era dado como extinto e que teriam direito à compensação e condições sociais previstas nestas circunstâncias. Relativamente aos tarifários da água, apresentou alguns gráficos onde se mostrava que haveria pequenas descidas nalguns casos, particularmente domésticos até dez metros cúbicos, e pequenas subidas nos grandes consumos domésticos e nos consumos não-domésticos, e frisou que, contrariamente ao que tinha sido dito, não era, afinal, um negócio ruinoso para a população. Sobre o Hotel Guadiana, informou que tinha sido feita a vistoria da ANEPC e tinha sido emitido o certificado energético. Assim, o Hotel estava pronto e, segundo as indicações do administrador, devia abrir em janeiro. Frisou que, relativamente aos trabalhadores do Hotel, não havia salários em atraso nem despedimentos mas sim a intenção dos mesmos não renovarem contratos. Quanto aos protocolos com as três freguesias do concelho, informou que a Câmara não os conseguiria cumprir na totalidade, embora tivesse disponibilizado verbas para ajudar ao pagamento dos salários. Relativamente à frente de mar de Monte Gordo, recordou que, no anterior mandato, tinha sido aprovada a construção de um hotel, com a aprovação da APA, bem como toda a conversão da frente de mar de Monte Gordo, mas depois do concurso para a intervenção, houve um novo parecer da APA, a nível de Lisboa, dizendo que o hotel não poderia avançar, assim, o resto da requalificação, em que já se tinha avançado com obras, também não poderia avançar. Nesta situação, o grupo hoteleiro meteu a Câmara em tribunal e a Câmara, por sua vez, porá o Governo em tribunal perante as duas respostas contraditórias da mesma entidade (APA). A Câmara informou as pessoas que concorreram aos restaurantes e aos quiosques que não valia a pena avançar com o projeto porque a obra poderia ficar inacabada porque poderia vir um novo parecer a proibir a construção dos mesmos. Para minimizar esta situação, e a respetiva informação já estava na posse dos senhores deputados, iria haver uma intervenção de requalificação nos

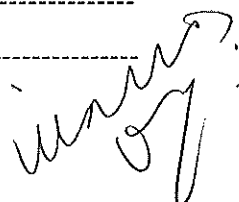


5

jardins de Monte Gordo com um valor de investimento de trezentos mil euros. Sobre a iluminação pública, comunicou que tinha havido uma reunião com a EDP em que tinha sido abordada toda a situação, havendo necessidade de substituir as luminárias por causa das suas características técnicas, e que a EDP apresentaria um projeto prevendo as áreas prioritárias de intervenção, começando pelas escolas e Centro de Saúde.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu, de seguida início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, começando por dar conhecimento dos assuntos da **Ordem do Dia**:-----

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES; -----
2. ATAS N.º4 DE 27 DE ABRIL DE 2018, N.º 7 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018 e N.º 8 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018; -----
3. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO SITO NA RUA JOÃO DE LISBOA, FREGUESIA DE MONTE GORDO; -----
4. PROCEDIMENTO DE HASTA-PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE PRÉDIO EM MONTE GORDO; -----
5. ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DA MEDIDA “APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL”; -----
6. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA MEDIDA “CARTÃO VRSA FAMÍLIA” – APROVAÇÃO DO DIPLOMA; -----
7. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE AUTOCARAVANISMO NO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
8. CRIAÇÃO DE UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; -----
9. MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2019; -----
10. PROPOSTA PARA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA E CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O PROVIMENTO DE 1 LUGAR DE CHEFIA INTERMÉDIA DE 2.º GRAU: CHEFE DE DIVISÃO DA CULTURA E PATRIMÓNIO HISTÓRICO; -----
11. PROPOSTA PARA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA E CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O PROVIMENTO DE 1 LUGAR DE CHEFIA INTERMÉDIA DE 2.º GRAU: CHEFE DE DIVISÃO JURÍDICA E RECURSOS HUMANOS,
12. AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS; -----
13. ACORDO DE REVOGAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO CELEBRADO EM 18.06.2010 ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA EM SA; -----
14. SUSPENSÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS E ISENÇÕES DE TAXAS PREVISTOS EM REGULAMENTOS MUNICIPAIS DURANTE A INTERVENÇÃO DO FAM; -----
15. LANÇAMENTO DA DERRAMA-EXERCÍCIO DE 2018; -----
16. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS; -----



17. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM; -----
18. FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS; -----
19. ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2019; -----
20. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DA SRA. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. -----

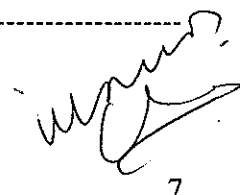
1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES. -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou que a correspondência recebida no período compreendido entre a última Assembleia e a presente sessão foi enviada por correio eletrónico aos líderes de cada uma das bancadas. -----

Os processos da Câmara Municipal foram distribuídos, para conhecimento, pelas bancadas, nomeadamente, do **Grupo Parlamentar do PCP** o Projeto de Resolução exigindo a abolição das portagens da Via do Infante; o Requerimento ao Governo a solicitar a lista completa das obras de manutenção e requalificação nas escolas públicas; as perguntas ao Governo sobre a construção do Hospital Central do Algarve e do novo Hospital de Lagos, sobre a melhoria do serviço ferroviário do Algarve e sobre o prazo para a conclusão das novas instalações da Esquadra da PSP de VRSA; o conjunto de propostas de Alteração à Propostas de Lei do Orçamento do Estado para 2019 com impacto nas autarquias locais; o OE 2019 -medidas e propostas com a marca do PCP; a resposta do Governo à pergunta do PCP sobre as obras de adaptação da sala da Unidade de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo do Agrupamento de Escolas de Vila Real de Santo António; e a pergunta ao Governo sobre cirurgia cardiotorácica e cirurgia vascular nos hospitais públicos do Algarve. Da **Associação Naval do Guadiana** o ofício sobre a Minuta de Apoio ao Movimento Associativo e do **Grupo Parlamentar Os Verdes** a aprovação da proposta de alteração ao OE 2019 que visa criar mais salas de educação pré-escolar. -----

Da Câmara Municipal recebeu-se, para conhecimento das bancadas, os seguintes processos, que foram distribuídos pelas bancadas: -----

- RELATÓRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS RELATIVOS AO 2.º SEMESTRE DE 2017 E 1.º SEMESTRE DE 2018; -----
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA ENGENHARIA ELETROTÉCNICA 2018 - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO; -----
- FINANCIAMENTO DA BRIGADA DE SAPADORES FLORESTAIS; -----



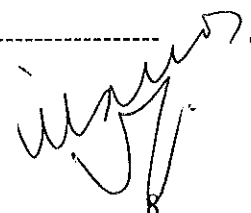
- APLICAÇÃO PARA GESTÃO DA TAXA TURÍSTICA – COMUNICAÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** prestou esclarecimentos sobre os Requerimentos em curso, nomeadamente sobre os impedimentos dos deputados municipais nas sessões da Assembleia Municipal e sobre o Voto de Qualidade do Presidente da Assembleia Municipal. Em ambos os casos, na presente data, aguarda-se resposta da ANMP e a Mesa da Assembleia irá insistir para que a resposta daquela entidade seja breve. Relativamente ao requerimento do deputado **Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança**, com um pedido de informação sobre o Programa de Contenção, e com um pedido para que fosse apresentada uma queixa formal à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, relacionada com a falta de resposta, a Mesa da Assembleia recebeu um parecer da Câmara Municipal a esclarecer que a tramitação não competia à Câmara Municipal, mas sim ao deputado ou à sua Bancada. Quanto ao requerimento da bancada do PS sobre o documento de revisão do PAM, a Mesa da Assembleia apresentou a solicitação junto da Câmara Municipal e a resposta remetida pela Câmara Municipal seria entregue na presente data à bancada do PS. O requerimento apresentado pela deputada **Sónia Isabel Pereira Vasques**, sobre o estacionamento tarifado, tinha sido comunicado à Câmara Municipal e, após um pedido da bancada do PS para que fosse apresentada queixa formal à CADA, pela falta de resposta, a Mesa da Assembleia recebeu a informação da Câmara Municipal comunicando que a tramitação desse procedimento competia à bancada do PS. Sobre outros requerimentos, a Mesa da Assembleia aguarda ainda resposta por parte da Câmara Municipal. -----

2. ATAS N.º4 DE 27 DE ABRIL DE 2018, N.º 7 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018 e N.º 8 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018; -----

As Atas foram enviadas aos membros da Assembleia Municipal a onze de dezembro de dois mil e dezoito, com a solicitação de que quaisquer alterações deveriam ser comunicadas ao secretariado até ao dia dezoito de dezembro de dois mil e dezoito. A deputada Municipal **Sónia Isabel Pereira Vasques** solicitou via correio eletrónico uma alteração ao texto da Ata. Não havendo mais informação de alterações a efetuar, as respetivas Atas vão ser de seguida sujeitas a votação. -----

O deputado **António Manuel Cipriano Cabrita** disse que as Atas eram quase uma transcrição da gravação e que não se deveria pretender que fossem aquilo que as pessoas desejavam que fossem, como parecia suceder na correção que tinha sido pedida. -----



O **Presidente da Assembleia Municipal** declarou que o entendimento da Mesa tinha sido que a alteração não produzia uma modificação substancial perante aquilo que efetivamente se tinha passado e, por isso, não se opusera a considerar aquela correção. De seguida propôs a votação as três Atas, com a alteração que se tinha referido anteriormente.-----

Colocada a votação, as Ata foram aprovadas por **MAIORIA** com a abstenção dos membros que não estiveram presentes nas reuniões a que as Atas diziam respeito e de **Rui João Gutierrez Setúbal** que justificou abster-se por não ter disposto de tempo útil para ler as Atas.

3. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO SITO NA RUA JOÃO DE LISBOA, FREGUESIA DE MONTE GORDO; -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que esta era uma proposta da Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de câmara de seis de novembro de dois mil e dezoito. -----

A deputada **Sónia Isabel Pereira Vasques** disse que a bancada do PS ia votar a favor desta proposta e solicitou que a certidão apresentada na documentação fosse corrigida porque não tinha sido aprovada numa deliberação de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, mas sim numa sessão ordinária da Assembleia.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** pediu ao secretariado que registasse esta solicitação de correção e que ficasse registada em ata.-----

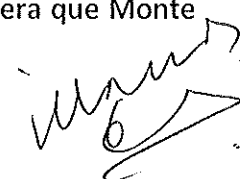
A **Presidente da Câmara Municipal** interveio para dizer que o conteúdo e a documentação da proposta estavam corretos e deveriam permanecer como estavam, pois correspondiam à redação da ata que fora elaborada na sessão de Câmara de seis de novembro de dois mil e dezoito.-----

Não havendo mais intervenções a registar, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a proposta, tendo a mesma sido aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

4. PROCEDIMENTO DE HASTA-PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE PRÉDIO EM MONTE GORDO;--

Apresentada a proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em Reunião de Câmara de seis de novembro de dois mil e dezoito, com os votos contra dos **Vereadores António Murta, Célia Paz e Álvaro Leal**, passou-se ao período de intervenções.--

O deputado **José Estevão Correia da Cruz** disse que a posição da CDU tinha evoluído por terem verificado que o valor das sucessivas hastas-públicas tinha vindo a diminuir e cada vez se via menos interesse pelo investimento naquele lugar. Assim, a CDU considera que Monte



Gordo necessita de uma área de lazer naquele sítio e, por isso, era essa a razão do seu voto contra e não outra qualquer, e esclarecia que a CDU tinha dado oportunamente o seu contributo para que a hasta-pública tivesse êxito, mas agora considerava que se chegaria a um ponto em que o valor que a Câmara iria receber não compensaria não se fazer a obra que agora a CDU propunha.-----

O deputado **António Manuel Cipriano Cabrita** disse que era interessante e oportuno que a hasta-pública se realizasse porque o mercado era favorável e porque havia uma coisa que jogava a favor do município: se não houver interessados, o terreno não se vende e há um conjunto de condições que têm de ser cumpridas, em que se obriga inclusivamente à construção de um parque de estacionamento. Além disso, a zona estava a necessitar de uma intervenção e esperava que aparecesse alguém interessado naquele terreno para que a transação finalmente se fizesse.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS** e da **CDU** e o voto de qualidade do **Presidente da Assembleia Municipal**. -----

A bancada do **PS** apresentou uma declaração de voto, que leu, e que faz parte integrante desta ata como anexo.-----

5. ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DA MEDIDA “APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL”;-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou a proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em Reunião de Câmara de seis de novembro de dois mil e dezoito, com os votos contra dos **Vereadores António Murta, Célia Paz e Álvaro Leal**. -----

Não se registando intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra da bancada do **PS**.

6. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA MEDIDA “CARTÃO VRSA FAMÍLIA” – APROVAÇÃO DO DIPLOMA;-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou a proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de câmara de seis de novembro de dois mil e dezoito, não tendo o **PS** participado na votação. -----



O deputado **José Estevão Correia da Cruz** disse que, segundo lhe parecia, tinha desaparecido a designação “ouro, prata e bronze”, e se passou a ter finalmente a proposta que tinha feito na Câmara e que tinha vindo agora a ser apoiada. E declarou que a CDU ia votar a favor,-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra da bancada do **PS**. -----

A bancada do **PS** apresentou uma declaração de voto, que leu, e que faz parte integrante desta ata como anexo.-----

7. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE AUTOCARAVANISMO NO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou a proposta **Vereador Rui Pires**, aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de câmara de vinte de novembro de dois mil e dezoito, e solicitou eventuais intervenções sobre a mesma-----

Não havendo intervenções e colocada a votação, a proposta foi aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

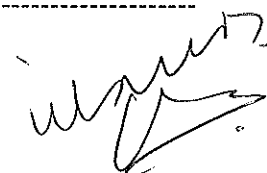
A bancada do **PS** apresentou uma declaração de voto, que leu, e que faz parte integrante desta ata como anexo.-----

8. CRIAÇÃO DE UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; -----

Presente a proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de vinte de novembro de dois mil e dezoito, com os votos contra do **PS** e da **CDU**, e não havendo intervenções a registar, a proposta foi colocada a votação, tendo sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS** e da **CDU** e o voto de qualidade do **Presidente da Assembleia Municipal**. -----

9. MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2019; -----

Presente a proposta da **Vereadora Carla Sabino**, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de dez de dezembro de dois mil e dezoito, com a abstenção do **PS** e da **CDU** e não se registando intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com a abstenção das bancadas do **PS** e da **CDU**.-----



10. PROPOSTA PARA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA E CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O PROVIMENTO DE 1 LUGAR DE CHEFIA INTERMÉDIA DE 2.º GRAU: CHEFE DE DIVISÃO DA CULTURA E PATRIMÓNIO HISTÓRICO; -----

O Presidente da Assembleia Municipal apresentou a proposta da Vereadora Carla Sabino, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de quatro de dezembro de dois mil e dezoito, com a abstenção da **CDU**, e solicitou eventuais intervenções sobre a mesma. -----

Não havendo intervenções a registar, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com a abstenção das bancadas do **PS** e da **CDU**.-----

11. PROPOSTA PARA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA E CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O PROVIMENTO DE 1 LUGAR DE CHEFIA INTERMÉDIA DE 2.º GRAU: CHEFE DE DIVISÃO JURÍDICA E RECURSOS HUMANOS; -----

Presenta a proposta da Vereadora Carla Sabino, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de vinte e cinco de setembro de dois mil e dezoito e não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com a abstenção das bancadas do **PS** e da **CDU**.-----

12. AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS; -----

Presente a proposta da Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de vinte e três de outubro de dois mil e dezoito, com os votos contra do **PS** e da **CDU**, interveio o deputado José Estevão Correia da Cruz que perguntou se o valor de noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos, que era apresentado, correspondia a cada rubrica ou ao conjunto de todas as atividades. Se fosse para cada rubrica, parecia-lhe muito, e se fosse para todas as atividades, parecia-lhe que o valor era muito pouco. Assim, disse que a proposta deveria ser revista.-----

A Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o valor apresentado, noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos, correspondia a cada procedimento, e por ano.-----

O deputado José Estevão Correia da Cruz explicou que a razão do voto contra da **CDU** era porque o valor apresentado se atribuía a cada procedimento, e havia algumas rubricas que deveriam ir individualmente a deliberação da Câmara Municipal porque, de outro modo, se descentralizava a competência na Presidência da Câmara.-----



O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao deputado **José Estevão Correia da Cruz** se as questões que colocara eram de natureza legal ou de natureza política que respondeu que eram de natureza política e que tinham a ver com o facto que havia atividades demasiado importantes para serem descentralizadas na Presidência da Câmara Municipal e deveriam ir a deliberação de Câmara e havia atividades que podiam ser descentralizadas e para isso não tinha nenhuma objecção política.-----

Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS** e da **CDU** e o voto de qualidade do **Presidente da Assembleia Municipal**. -----

A bancada do **PS** apresentou uma Declaração de Voto, que leu, e que faz parte integrante desta ata como anexo.-----

13. ACORDO DE REVOGAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO CELEBRADO EM 18.06.2010 ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA EM SA; -----

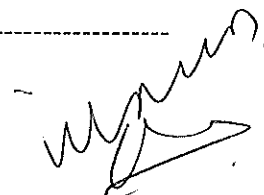
O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a presente proposta da **Presidente da Câmara Municipal** foi aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de dez de dezembro de dois mil e dezoito, com os votos contra do **PS** e da **CDU**. -----

O deputado **José Estevão Correia da Cruz** explicou que a **CDU** iria votar contra por uma razão de coerência e sempre defendeu que a gestão da água deveria permanecer na Câmara Municipal e preferia votar a favor do regresso dessa competência à Câmara Municipal. Como a revogação deste contrato será em favor da concessão da água a uma empresa privada da qual pouco se conhece, a **CDU** iria votar contra. Declarou que mais adiante justificaria ainda o seu voto e, de momento, votava a favor da permanência dessa competência da **SGU** porque aí sempre seria possível retomá-la para o município.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS** e da **CDU** e o voto de qualidade do **Presidente da Assembleia Municipal**. -----

A bancada do **PS** apresentou uma Declaração de Voto, que leu, e que faz parte integrante desta ata como anexo.-----

14. SUSPENSÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS E ISENÇÕES DE TAXAS PREVISTOS EM REGULAMENTOS MUNICIPAIS DURANTE A INTERVENÇÃO DO FAM; -----



Presente a proposta da Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de dez de dezembro de dois mil e dezoito, com os votos contra do **PS** e da **CDU**, e solicitou eventuais intervenções sobre a mesma. -----

Não se registando intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS** e da **CDU** e o voto de qualidade do **Presidente da Assembleia Municipal**. -----

A bancada do **PS** apresentou uma Declaração de Voto, que leu, e que faz parte integrante desta ata como anexo.-----

15. LANÇAMENTO DA DERRAMA-EXERCÍCIO DE 2018; -----

Presente a proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de vinte e três de outubro de dois mil e dezoito, com os votos contra do **PS** e da **CDU**, e solicitou eventuais intervenções sobre a mesma. -----

O deputado **José Estevão Correia da Cruz** disse que a **CDU** não estava a apresentar declarações de voto, mas estava a justificar o seu voto. Referiu que a Derrama já tinha questões anteriores e que havia o pudor daquela derrama só incidir sobre as empresas que tinham um lucro superior a cento e cinquenta mil euros. A **CDU** estava contra essa disposição, dada a dimensão do concelho. E disse que esta derrama já se tinha derramado para tudo, toda a gente iria pagar esta derrama e já não havia sequer o pudor dos cento e cinquenta mil.-----

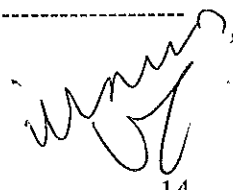
Não havendo intervenções a registar, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS** e da **CDU** e o voto de qualidade do **Presidente da Assembleia Municipal**. ----

A bancada do **PS** apresentou uma Declaração de Voto, que leu, e que disse ser simultânea para os pontos quinze e dezasseis, e que faz parte integrante desta ata como anexo.-----

16. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS; -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a presente proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, foi aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de vinte e três de outubro de dois mil e dezoito, com os votos contra do **PS** e da **CDU**. -----

Não se registando intervenções e colocada a votação, a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS** e da **CDU** e o voto de qualidade do **Presidente da Assembleia Municipal**. -----



17. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM; -----

Apresentada a proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de vinte e três de outubro de dois mil e dezoito, com o voto da **CDU**, o deputado **José Estevão Correia da Cruz** disse que a **CDU** estava de acordo que o município cobrasse uma Taxa de Direitos de Passagem, dados os encargos com as obras e cablagem, mas não estava de acordo que fosse o município o cobrador das empresas e, por isso, estariam sempre contra esta taxa de passagem. E disse que as empresas metiam nos recibos, a justificar o seu preço, diziam que estava incluída a taxa de passagem, mas isto nem sequer para o sistema capitalista era plausível porque uma empresa recebia os custos todos e depois fazia o seu preço e concorria com as outras, e, se calhar, algumas das empresas teriam vontade de não cobrar e baixar ligeiramente o preço, absorvendo elas estas taxas de passagem. Isto estaria contra toda a lógica do sistema e disse não saber quem é que tinha sido na Assembleia da República que se tinha lembrado de fazer esta lei e disse que continuaria sempre a protestar pelo facto de o município ter o direito a cobrar esta taxa, mas protestava contra o facto de o município ser cobrador das empresas e andar a entregar o dinheiro às empresas quando deveria ser o contrário e, depois, elas se quisessem que o fizessem transparecer nas suas faturas.-----

Não havendo mais intervenções, e colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com o voto contra da bancada da **CDU**.-----

A bancada da **CDU** informou que faria chegar posteriormente à Mesa da Assembleia uma Declaração de Voto. -----

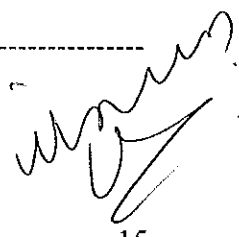
18. FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS; -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a presente proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, foi aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de vinte e três de outubro de dois mil e dezoito, com os votos contra do **PS** e da **CDU**, e solicitou eventuais intervenções sobre a mesma. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS** e da **CDU** e o voto de qualidade do **Presidente da Assembleia Municipal**. -----

A bancada do **PS** apresentou uma Declaração de Voto, que leu, e que faz parte integrante desta ata como anexo.-----

19. ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2019; -----



Presente a proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de dez de dezembro de dois mil e dezoito, com os votos contra do **PS** e da **CDU**, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a discussão.-----

O deputado **José Estevão Correia da Cruz** disse que tinha analisado o orçamento e o relatório que o Fundo de Apoio Municipal tinha feito dele. Disse que durante muitos anos houve um desequilíbrio entre o que era apresentado no orçamento nas receitas e nas despesas e isso gerou a dívida presente. Chamou a atenção para o facto de a rubrica “Outras Receitas” ter um valor muito elevado e que o relatório do PAM até justificava com as melhorias que se sentiam na conjuntura do país. E comentou que o PAM conheceria pouco da realidade de Vila Real de Santo António, pois, com exceção do turismo, a melhoria da conjuntura do país não se aplicava a este concelho. Assim, a perspetiva de receita estava muito acima do que a Câmara Municipal conseguiria obter. Disse que nas medidas de correção se olhava sempre para aqueles que têm menos e que teriam de dar mais. Para além disso, a Câmara Municipal acabava por precisar de mais nove milhões de endividamento. Face a isto, e face ao que têm sido os anos anteriores, a CDU tem receio que este orçamento se transforme uma vez mais num orçamento de mera gestão financeira, com o agravamento do endividamento por mais um ano, portanto a CDU, não pode dar o seu voto positivo a este orçamento.-----

O deputado **António Manuel Cipriano Cabrita** disse que falava em nome da bancada do PSD para manifestar o seu apoio a este orçamento e para afirmar que este era o orçamento possível face à conjuntura que se vivia. Declarou que o PSD assumia com realismo a conjuntura que se vivia e que, mesmo que isso tivesse altos custos, desejava que, quando se chegasse ao fim deste mandato as coisas estivessem no bom caminho e com condições para que Vila Real de Santo António continuasse na senda do desenvolvimento. Relativamente ao que dissera o deputado **José Estevão Correia da Cruz**, disse que o orçamento era sempre um instrumento de aplicação financeira e que, se nos anos anteriores tinha havido empolamento da receita, para este ano não se fazia nenhum empolamento e a receita era aquela que tinha de ser, com muito realismo e de uma forma muito concreta. Para a frente, a questão que se colocava era assumir com realismo a situação e a população do concelho compreenderia que era melhor receber tudo em condições e apresentar tudo da melhor maneira possível.-----

A **Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que nos pontos anteriores o PS tinha apresentado declarações de voto sem apresentar questões no momento da discussão e,



assim, não havia ocasião para esclarecer o que era apresentado. Disse que estavam presentes na sala os técnicos que tinham elaborado o orçamento e que não tinha havido pedidos de esclarecimento. Afirmou que o orçamento era o caminho que se tinha que seguir e que o FAM tinha sido implementado desde dois mil e dezasseis, com medidas que eram duras e que eram demonstradas com o orçamento que era o mais austero que se tinha visto e que era realista. Disse que já era uma vitória o facto de no último trimestre não se ter aumentado dívida. Afirmou que algumas medidas lhe doíam por terem de ser aplicadas, mas era o caminho que tinha de ser seguido para que Vila Real de Santo António volte a ser considerado um município de excelência, que isso poderia não acontecer em quatro anos. Referiu que já tinha justificado a dívida existente e que era perfeitamente normal que as pessoas perguntassem por que se tinha gasto numa área ou noutra. E concluiu que, para além das desconsiderações que se sentiam, estavam ali com humildade e coragem para seguir em frente e tomar as medidas que fosse necessário tomar.-----

Não havendo intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS** e da **CDU** e o seu voto de qualidade. -----

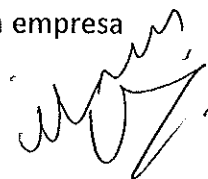
A bancada do **PS** apresentou uma Declaração de Voto, que leu, e que faz parte integrante desta ata como anexo.-----

A bancada do **PS** solicitou que ficasse expresso em Ata que tem dúvidas sobre a ilegalidade de aprovar o Orçamento Municipal sem que este órgão tivesse conhecimento do Orçamento da SGU contrariando o preceituado na Lei 73/2013 de 3 de Setembro, nomeadamente o art.º 46. -----

O deputado **António Manuel Cipriano Cabrita** apresentou um voto de protesto, dizendo que o procedimento do **PS** era vergonhoso, porque a declaração de voto do **PS** não era nenhuma declaração de voto, e porque o **PS** tivera a oportunidade de solicitar uma série de esclarecimentos durante o debate e que não tinha solicitado nada e vinha agora apresentar aquela declaração e, para além do mais, com insinuações de ilegalidade.-----

20. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA SRA. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. -----

A deputada **Maria Luísa Currito de Oliveira e Castro** fez algumas considerações sobre o que constava do relatório, no núcleo de serviços gerais, no que dizia respeito à limpeza urbana no concelho e assinalou o aumento de reclamações a partir do momento em que a empresa



Ecoambiente tinha começado a prestar esse serviço. E perguntou se se estava em condições de manter esta empresa, se tinha funcionários suficientes, se o horário de serviço era o mais conveniente e que medidas se estava a tomar para aliviar e diminuir o elevado número de reclamações para que os munícipes se sentissem mais satisfeitos com a limpeza efetuada. E concluiu desejando a todos um bom Natal um bom ano.-----

O deputado **José Estevão Correia da Cruz** solicitou o esclarecimento sobre a cobrança que era feita sobre a água e sobre o saneamento e perguntou, relativamente à empresa que fazia a recolha do lixo, se havia algum fundamento no que lhe tinha sido dito que cobrava à tonelagem e quando chegava à tonelagem já não recolhia mais.-----

A **Presidente da Câmara Municipal**, respondendo à deputada **Maria Luísa Currito de Oliveira e Castro**, disse que, de facto, havia muitas reclamações e que a empresa Ecoambiente não estava a funcionar como a Câmara desejava e por causa disso já tinha havido várias reuniões, e disse saber que, nessa altura, muitos funcionários dessa empresa estavam de baixa. E, pedindo desculpa pela intromissão e voltando a outro assunto, referindo-se ao deputado **Rui João Gutierres Setúbal**, disse que o PS insistia sempre em dizer que não tinha sido trazido ali, com o orçamento da Câmara, o orçamento da SGU. E sendo o orçamento da Câmara intervencionado pelo FAM, e era importante que as pessoas ali presentes ouvissem e que não emitissem comunicados que não mereciam a pena e que eram comunicados enganosos, a Câmara só tinha de trazer depois do final de março a consolidação de contas e, então, trazer o orçamento da SGU. O orçamento da SGU tinha de ser aprovado em assembleia da própria SGU. E concluiu desejando a todos um Santo Natal e um melhor dois mil e dezanove para todos.-----

O deputado **Rui João Gutierres Setúbal** disse que gostaria muito, como tinha dito na primeira sessão da Assembleia, que a Sra. Presidente fosse lembrada, não só por ter sido a primeira mulher Presidente de Câmara como também por aquela que conseguiu tirar a Câmara do buraco. Afirmou que aquelas críticas que fazia não eram por ser cínico como estava a dizer parte da bancada do PSD, mas, se conseguisse, tinha de tirar o chapéu e dar-lhe os parabéns e fá-lo-ia publicamente e ali. Disse só ter pena que o realismo, que agora fora manifestado pela bancada do PSD, não tivesse começado há mais tempo porque havia muito tempo que o PS alertava para esta situação e toda a gente sabia disso. Quanto à questão concreta do orçamento da SGU, disse que aquilo que se pretendia não era que fosse aprovado ali, porque aquilo que a lei dizia era que ele não vinha ali para aprovação, tinha que ser apresentado e quanto à questão do prazo, disse que não ia entrar em discussão

jurídica, mas a informação que o PS tinha era que o prazo era antes da entrada do orçamento municipal e, por isso, tinham suscitado a questão, se não fosse, tudo bem, estava esclarecido, mas precisavam de tirar isso a limpo e era por isso que tinham suscitado o problema, não por outra razão.-----

Não se registando pedidos de intervenção no **período de intervenção do público**, o **Presidente da Assembleia Municipal** e, após a leitura da Minuta da Ata, a mesma foi colocada a votação.-----

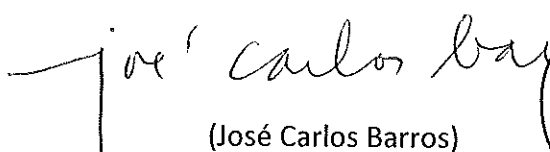
O deputado **Rui João Gutierrez Setúbal** disse que, no ponto dezanove, não era para constar toda a declaração de voto, mas apenas uma referência ao facto de ter sido suscitado o problema relativamente ao cumprimento, ou não, do estatuído na Lei 73/2013 de 3 de Setembro, por causa do orçamento da SGU, nomeadamente o art.º 46 e perguntou ao Sr. Presidente se aceitava, ou não, a referência a que a bancada do PS estava sob protesto. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que na minuta da ata que iria ser posta à votação ficaria a referência e que devia constar que o PS iniciou com um protesto.-----

Não havendo mais intervenções, a minuta da ata foi aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

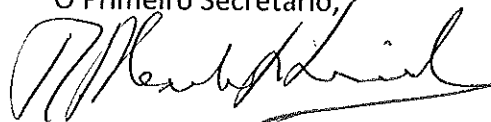
Não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quarenta e cinco minutos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,


(José Carlos Barros)



O Primeiro Secretário,



(Maria Alexandra Martins do Livramento)

